

Puxadinhos terão área reduzida

JOÃO CAMPOS

E GIZELLA RODRIGUES

DA EQUIPE DO CORREIO

Os deputados distritais voltarão a discutir a proposta que regulariza os puxadinhos do comércio local das asas Sul e Norte. O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 50/07 entrou na pauta da Câmara Legislativa e a votação em segundo turno deve ocorrer hoje. A lei, porém, terá mudanças em relação ao texto votado, em primeiro turno, em 23 de abril, quando os deputados permitiram que as invasões no fundo das quadras chegassem a 6m. Agora, o tamanho da ocupação máxima voltará a ser de 5m.

A votação em segundo turno foi adiada duas vezes porque a mudança causou polêmica. Agora os deputados fizeram um acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e comprometeram-se a voltar a permissão ao limite original.

Os parlamentares reuniram-se ontem de manhã com o superintendente do Iphan, Alfredo Gastal e, diante da insistência do órgão, recuaram. "Procuramos uma solução que favoreça todos os segmentos envolvidos: moradores, comerciantes, Iphan e governo local, que muitas vezes têm interesses diferentes", disse o deputado Leonardo Prudente (DEM), líder do governo na Câmara Legislativa. A expectativa era que o PLC fosse apreciado ainda na sessão de ontem, mas a votação acabou adiada.

Durante o encontro foram debatidos outros tópicos do projeto de lei. Depois dos 5m de expansão do comércio, as calçadas construídas só poderão ter 1,5m de extensão, e não 3m, como previsto originalmente. A medida é para evitar que o espaço seja usado como área comercial. Além disso, a extensão dos puxadinhos deverá ser padronizada por bloco. "Os comerciantes terão de entrar em consenso sobre o quanto vão ocupar dentro dos 5m permitidos. Dessa forma, vamos preservar o plano paisagístico do Plano Piloto", explicou Gastal.

Toda a expansão rumo à área

residencial, nos fundos da quadra, deverá ser fechada para diminuir o barulho. O uso de calçadas na parte frontal, virada para a quadra comercial, continua proibido. Música, só com isolamento acústico. O uso de áreas laterais dos blocos está permitido, desde que seja respeitado o limite de 2m para passagem de pedestres.

Reclamações

O acordo dos deputados com o Iphan, porém, não agradou nem aos moradores nem aos comerciantes. Os empresários reclamam do limite de 5m e pedem a extensão para 6m. O presidente do Sindicato dos Bares e Restaurantes do DF (Sindhobar), Clayton Machado, afirma que 80% do comércio varejista do Plano Piloto, o que não inclui apenas bares e restaurantes, têm puxadinhos de 6m. Machado alega que o tamanho da ocupação foi autorizado por decreto do ex-governador Cristovam Buarque. "Esse número não é inventado. Se a lei for aprovada com o limite de 5m, vai ser o caos. As construções terão de ser desconstituídas por causa de 1m", afirmou.

Os moradores, porém, cobram limites ainda mais rigorosos. O Conselho Comunitário da Asa Sul enviou para o deputado Leonardo Prudente uma proposta para que os puxadinhos só possam ocupar 3m nos fundos e nas esquinas das quadras, o que representa o limite estabelecido pela fachada. Além disso, pedem que o fechamento da edificação seja obrigatório. E, se o comerciante não construir paredes ao redor da área, querem que a ocupação com apenas mesas e cadeiras não seja permitida. "Achamos que, assim, parte do barulho será eliminada. O grande problema hoje é o acúmulo de pessoas do lado de fora dos estabelecimentos. Não só a música incomoda, mas a conversa também", justificou a presidente do Conselho Comunitário, Heliete Bastos.

correio.braziliense.com.br



Ouçá entrevista:

com o superintendente do Iphan, Alfredo Gastal, sobre puxadinhos e o tombamento da Bacia do Paranoá